

EDUCAÇÃO, GOVERNAMENTALIDADE E NEOLIBERALISMO: CONTRIBUIÇÕES FOUCAULTIANAS PARA O ESTUDO DAS POLÍTICAS DE CURRÍCULO

*Roberto Rafael Dias da Silva**

Resumo

No presente ensaio mapearemos as contribuições teóricas dos estudos sobre a governamentalidade para o estudo das políticas de currículo contemporâneas. Nossa intenção está em posicionar o pensamento de Michel Foucault no interior de uma reflexão crítica sobre o Estado e as práticas de governo modernas, na qual as verdades são permanentemente redescritas e abrem-se a novas intervenções na vida social. Atribuiremos ênfase a quatro tópicos que consideramos centrais para o objetivo a que nos propomos. O reconhecimento do Estado como um conjunto de práticas, o entendimento de que tais práticas mobilizam estratégias de administração das subjetividades, a compreensão do neoliberalismo como um modo de vida contemporâneo e a necessidade política de produção de “contracondutas” são as questões a serem aprofundadas criticamente. Posicionaremos o pensamento foucaultiano sobre a governamentalidade como uma plataforma de trabalho para nossas hipóteses sobre o estudo contemporâneo das políticas de currículo.

Palavras-chave: Políticas de currículo. Estado. Governamentalidade. Michel Foucault.

Abstract

In this essay, mapping the theoretical contributions of governmentality studies for the study of contemporary curriculum policy. Our intention is to position the thought of Michel Foucault within a critical reflection on the state and practice of modern government, in which truths are redescrbed and permanently open to new interventions in social life. Assign emphasis to four topics that we consider central to the goal we set ourselves. The recognition of the state as a set of practices, the understanding that such practices mobilize management strategies of subjectivities understanding of neoliberalism as a contemporary way of life and the political

* Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). *E-mail*: robertoddsilva@yahoo.com.br

necessity of producing “contracondutas” are the issues to be further critically. Will position the Foucault’s thinking on governmentality as a work platform for our hypotheses about the contemporary study of curriculum policy.

Keywords: Curriculum policy. State. Governmentality. Michel Foucault.

Para Foucault, a verdade da crítica não é final; é algo que deve sempre ser retomado
(RAJCHMAN, 1987, p. 73).

Na contemporaneidade temos assistido a uma acentuada preocupação pública com as políticas de currículo. As diferentes reformas educacionais, mobilizadas desde a segunda metade da década de 1980, permitiram com que as temáticas vinculadas às reformas educacionais, às relações entre Estado e neoliberalismo ou mesmo às racionalidades pedagógicas que são fabricadas nesse processo, adquirissem forte centralidade analítica (PO-PKEWITZ, 2004; BALL, 2009). Os currículos escolares, em suas políticas e práticas, foram compreendidos como parte fundamental de uma gramática política e econômica de caráter internacional, impulsionada por diferentes agendas políticas, seja pelas agências multilaterais (ROBERTON; DALE, 2011; ROBERTSON, 2012), seja pelos Estados na busca por ampliar sua competitividade internacional (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011; SILVA, 2010).

Nessa direção, é possível indicar que foi com a consolidação das políticas de inspiração neoliberal, na década de 1990, que no campo das políticas multiplicaram-se os estudos de natureza diagnóstica (sociológicos, históricos, culturais) que visavam examinar a racionalização dos processos de desenvolvimento curricular. Para além de situar as questões de seleção de conhecimentos a serem ensinados, a organização pedagógica e a orientação das práticas profissionais dos professores, compreendeu-se que o currículo era produzido por um campo tensionado por macro-demandas, ao mesmo tempo em que as questões das escolas, das subjetividades e da vida pública traziam interesses de diferentes ordens – as micropolíticas (BALL, 1989; ALVAREZ-URIA, 1996). Reconhecia-se, enfim, que o estudo das políticas de currículo seria produzido em um território agonístico, de tensionamentos permanentes, no qual tais políticas “são decididas e construídas em espaços

e vertentes que envolvem lutas e alianças e que de forma alguma se restringem ao conceito racional e operativo da linearidade política” (PACHECO, 2003, p. 16).

Do ponto de vista conceitual, o estudo das políticas de currículo, na acepção de Pacheco (2003), constitui-se na interface de dois modelos analíticos diferenciados, a saber: o modelo das racionalidades técnicas e o modelo das racionalidades contextuais. O primeiro modelo associa-se a uma visão tecnicista do currículo em que os processos de tomada de decisão estão situados nos Estados e demais agentes centrais de administração e tendem a privilegiar uma linguagem especializada produzida por consultores nacionais e internacionais. Sob esse modelo, às escolas e aos professores cabe o papel de agentes de implementação. Em outras palavras, acompanhando a reflexão de Pacheco (2003, p. 26), nesse modelo “o currículo seria, assim, perspectivado como um produto que deve ser compreendido, interpretado e transformado”, consolidando uma leitura técnica e burocrática das políticas curriculares.

Entretanto, Pacheco descreve-nos outra possibilidade de tratamento analítico das políticas de currículo: o modelo das racionalidades contextuais. Segundo o pesquisador português, este modelo é influenciado teoricamente tanto pelas teorias sociais críticas, quanto por algumas vertentes pós-modernistas e pós-estruturalistas. Tais condições teóricas sugerem “a emergência de uma teorização curricular crítica, emancipatória, cujos traços de identificação têm sido marcados pela pluralidade de propostas teóricas e pela existência de contributos práticos” (PACHECO, 2003, p. 27). Esse modelo de análise leva em consideração as diferentes racionalidades políticas que perfazem o currículo, interroga criticamente as finalidades públicas da escolarização, bem como reconhece os atores sociais que integram o processo. Sob essa grade de entendimento, o currículo é compreendido como uma “prática”, que produz efeitos no âmbito do saber, do poder e das subjetividades (SILVA, 2007).

Ancorados na possibilidade de produzir perspectivas analíticas ao estudo das políticas de currículo, associadas ao compromisso crítico do modelo das racionalidades contextuais, produziremos nesse artigo um diagnóstico das principais contribuições do pensamento do filósofo francês Michel Foucault para as pesquisas neste campo. Diferentemente de um conjunto de estudos na

área, que optam em estudar esse pensamento a partir do conceito de discurso¹ (LOPES; MACEDO, 2011; BALL, 1989), no presente artigo desenvolveremos hipóteses de trabalho acerca de seu conceito de governamentalidade. Tal abordagem tem sido bastante fértil em pesquisas recentes no campo, sobretudo pela perspectiva de um estudo pragmático das racionalidades políticas que perfazem os cotidianos escolares (VEIGA-NETO, 2008; GRINBERG, 2006; SIMONS; MASSCHELEIN, 2006; JÓDAR; GÓMEZ, 2007; SILVA; FABRIS, 2012). Assim sendo, mapearemos as principais contribuições teóricas dos estudos sobre a governamentalidade para o estudo das políticas de currículo contemporâneas. Nossa intenção está em posicionar o pensamento foucaultiano no interior de uma reflexão crítica sobre o Estado e as práticas de governo modernas, um tipo de crítica política, como assinala a epígrafe que escolhemos para esse texto, na qual as verdades são permanentemente redescritas e abrem-se a novas intervenções na vida social.

1. Estado e governamentalidade: abordagem histórico-política

Muito foi produzido nas ciências humanas, em geral, e na filosofia política, em particular, em torno na noção de soberania; em muito essas discussões ainda atribuem centralidade a Maquiavel, ora criticando-o, ora apontando os desenvolvimentos de sua teoria. Na aula de 1º de fevereiro de 1978, em seu curso no *Collège de France*, o filósofo Michel Foucault propora um outro tipo de entendimento acerca das relações de poder, marcando alguns deslocamentos transcorridos a partir do século XVI entre as ideias de soberania e aquilo que começa a ser nomeado naquele período como sendo “as artes de governar”.

Ao longo do século XVI, começam a emergir uma série de tratados e textos políticos não mais dirigidos ao príncipe, tal como o célebre texto de Maquiavel, mas propondo recomendações ao exercício das artes de governar. Em geral, Foucault aponta dois acontecimentos que deram maior visibilidade a este deslocamento: o advento dos estados administrativos e os movimentos ligados à Reforma. O filósofo inicia suas análises, na referida

¹ Sommer (2007, p. 57), em outro registro, argumenta que: “a produção educacional recente é pródiga em investigações que vão privilegiar análises de discurso inspiradas na obra de Michel Foucault”.

aula, comentando um tipo específico de literatura política daquele período: uma literatura “anti-Maquiavel”. No *Príncipe*, de Maquiavel, as relações entre o príncipe e seu principado eram relações ligadas ao âmbito do território. Relação constituída circularmente, visto que “ela sempre remete a si mesma” (FOUCAULT, 2008a, p. 131). Sob a premissa de visar o bem comum, três questões marcavam essa relação. A primeira questão é que o príncipe posiciona-se em uma relação de exterioridade e transcendência em relação ao principado. A segunda é o vínculo que liga o príncipe ao principado, caracterizada pela violência ou pela tradição. A terceira está no objetivo da própria relação que está em “manter, fortalecer e proteger este principado” (FOUCAULT, 2008a, p. 122).

Ao tomar como pauta analítica uma literatura anti-Maquiavel, o filósofo mostrará que governar é outra coisa diferente que conservar um principado. As artes de governar são possíveis e visíveis em vários espaços, pois ao contrário da soberania que é circular (visa a si mesma), “o governo tem uma pluralidade de fins específicos” (FOUCAULT, 2008a, p. 131).

[O príncipe] era o único em seu principado e numa posição de exterioridade e transcendência em relação a esse. Enquanto aí, vemos que o governador, as pessoas que governam, a prática do governo, por um lado são práticas múltiplas, já que muita gente governa: o pai de família, o superior de um convento, o pedagogo, o professor em relação à criança ou ao discípulo; há portanto muitos governos em relação aos quais o do príncipe que governa seu Estado não é mais que uma das modalidades (FOUCAULT, 2008a, p. 124).

Acerca desse deslocamento entre soberania e governo, é importante sublinhar que o território é o elemento organizador das relações de poder do principado descrito por Maquiavel, enquanto que, desde os escritos de La Perriere, Foucault aponta que “governam-se coisas” (FOUCAULT, 2008a, p. 128). O governo toma como finalidade dispor as coisas, tomando como finalidade seus múltiplos objetivos. Entretanto, o filósofo explica que estes desenvolvimentos do século XVI ficaram bloqueados até o século seguinte. Tal bloqueio das artes de governar deveu-se a algumas razões específicas como a Guerra dos Trinta Anos, as grandes revoltas urbanas ou mesmo a crise dos meios de subsistência dos fins do século XVIII. Entretanto, o fator mais

abrangente seria, pois, a própria lógica da soberania, uma vez que mesmo o mercantilismo, que foi “a primeira racionalização do exercício do poder como prática de governo” (FOUCAULT, 2008a, p. 136), era movido pelas ferramentas jurídicas e administrativas da soberania.

Um desbloqueio dessas artes de governar tomou como contexto a expansão demográfica do século XVIII, a abundância monetária e o aumento da produção agrícola. Porém, para Foucault, além dos importantes deslocamentos nas ideias de família e de economia, este “desbloqueio dessa arte de governar esteve ligado [...] à emergência da população” (FOUCAULT, 2008a, p. 138).

É a população, portanto, muito mais que o poder do soberano, que aparece como o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo. [Ela aparece] como consciente, diante do governo, do que ele quer, e também inconsciente do que a fazem querer (FOUCAULT, 2008a, p. 140).

Antes de prosseguir cabe enaltecer que a emergência de um tipo específico de uso do poder, marcado pelo governo e tomando como alvo a população, não implicou em um desaparecimento da soberania ou das práticas disciplinares, uma vez que tais práticas continuam importantes para a administração de uma população. Como lembra o filósofo, se administrar uma população é operar em profundidade, nos detalhes, o governo mobiliza um conjunto de técnicas diversificadas. Em torno disso, Foucault resume que é este “triângulo soberania-disciplina-gestão governamental” que produz práticas de governo efetivas e eficazes.

Importa interrogar se seria possível tomar o governo como campo de análise sem lançar mão de uma teoria do Estado. Para deslocar-se dessa possibilidade, Foucault cria uma nova ferramenta analítica que lhe permitiu uma investigação pelas exterioridades do Estado: a governamentalidade. Em torno deste conceito, criado nessa aula, Foucault encaminha algumas possibilidades de entendimento:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, reflexões e análises, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica,

embora muito complexa, de poder que tem por alvo a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008a, p. 143-144).

Ainda que estes comentários, até este momento, tenham sido referentes à aula de 1º de fevereiro de 1978, torna-se importante neste momento compreender alguns possíveis usos metodológicos do conceito de governamentalidade e, para tanto, é preciso tomar como referência alguns desenvolvimentos para o conceito produzido na aula seguinte. Na aula de 8 de fevereiro de 1978 Foucault preocupa-se em explorar um pouco mais este conceito. Inicia a aula questionando os motivos que conduziram a utilizar tal ferramenta: “por que querer estudar este domínio, no fim das contas inconsistente, nebuloso, cingido por uma noção tão problemática e artificial, quanto a de governamentalidade?” (FOUCAULT, 2008a, p. 156). A resposta dada pelo filósofo a esta questão marca o caráter instrumental (mas não-instrumentalista) desse conceito “para abordar o problema do Estado e da população” (FOUCAULT, 2008a, p. 156).

Então, sendo a governamentalidade uma estratégia analítica para tratar as questões do Estado e da população, o filósofo indica que seus usos primariam por três deslocamentos importantes. O primeiro estaria em afastar-se do ponto de vista da instituição e abordar a questão do Estado “do ponto de vista global da tecnologia de poder” (FOUCAULT, 2008a, p. 157). O segundo está em deslocar-se da noção de função, operando com o “ponto de vista externo das estratégias e táticas” (FOUCAULT, 2008a, p. 158). O terceiro movimento é fazer uma passagem ao exterior do próprio

objeto. Ou seja, tal como Foucault já havia feito com a loucura, a clínica ou a sexualidade, não se tratava de tomar os objetos em si mesmos, mas da rede genealógica que os instituem.

Como forma de sistematizar a discussão aqui desenvolvida é importante destacar que, na aula comentada, interessa a Foucault marcar alguns deslocamentos entre as práticas ligadas à soberania e aquilo que se nomeia desde o século XVII de artes de governar. Deslocamento do território para a população. Deslocamento das relações de transcendência e exterioridade da soberania, para a multiplicidade de fins específicos do governo. Desde uma literatura anti-Maquível, o filósofo aponta os modos pelos quais governar é dispor as coisas, dispor as coisas em outra economia política. Emerge o governo como uma outra tecnologia de poder, que, como se referiu acima, não afasta a soberania, mas antes a redimensiona para outros fins.

A ferramenta metodológica desenvolvida pelo filósofo para empreender esta genealogia do Estado, que orientou a produção de todo o curso de 1978, é a governamentalidade. Logo, sua questão não é tratar o Estado em si, mas situá-lo analiticamente, como um “regime de governamentalidades múltiplas” (FOUCAULT, 2008b). O desafio posto é pragmatizar o Estado, visto que, conforme argumenta Foucault, neste curso, ainda que o Estado seja “o princípio de inteligibilidade e esquema estratégico” (FOUCAULT, 2008a, p. 384) das sociedades modernas, este constitui-se como uma prática que não pode ser dissociada “do conjunto de práticas que fizeram efetivamente que ele se tornasse uma maneira de governar, uma maneira de agir, uma maneira de se relacionar com o governo” (FOUCAULT, 2008a, p. 369).

Na medida em que nossa intenção está em diagnosticar possibilidades teórico-metodológicas dos estudos sobre a governamentalidade para o estudo das políticas de currículo², a partir de agora atribuiremos ênfase a quatro tópicos que consideramos centrais para o objetivo a que nos propomos. O reconhecimento do Estado como um conjunto de práticas, o entendimento de que tais práticas mobilizam estratégias de administração das subjetividades, a compreensão do neoliberalismo como um modo de vida contemporâneo e a necessidade política de produção de “contracondutas” são as questões a

² No âmbito da pesquisa educacional, Peters (2008, p. 189-190) sugere que Foucault “oferece um conjunto de metodologias históricas (arqueologia e genealogia) e um refinamento das ferramentas de análise que capacitam as epistemologias social e espacial dos regimes discursivo e institucional”.

serem aprofundadas criticamente a seguir. Posicionaremos o pensamento foucaultiano sobre a governamentalidade como uma plataforma de trabalho para nossas hipóteses sobre o estudo contemporâneo das políticas de currículo.

2. O estado como prática: outra crítica política

O filósofo John Dewey³, em um texto de 1927, aponta algumas perspectivas para o entendimento do Estado, sem entrar na discussão das filosofias políticas. Dewey indica que o conceito de Estado, como a maioria dos conceitos antecidos pelo artigo “o” – “o Estado” – é muito rígido e, em geral, conduz a controvérsias ou discussões dirigidas à busca de uma essência fundadora. Em um movimento típico de seu modo pragmático de pensar as questões filosóficas, o filósofo americano indica uma perspectiva metodológica para pensar o Estado: esse conceito “pode ser abordado mais facilmente por um movimento de flanco do que por um ataque frontal” (DEWEY, 2008, p. 29). Na medida em que o artigo “o” substancializa o conceito de Estado, Dewey sugere um movimento que privilegia olhar aquilo que nomeamos como Estado pelos seus flancos, pelas suas bordas, pelas práticas potencializadas ou, ainda, como sugere Foucault meio século depois, com um olhar pelas exterioridades (FOUCAULT, 2008a).

Optar pelo caminho indicado por Dewey (e por Foucault) implica investigar o Estado a partir das práticas sociais ou observar “as marcas e sinais que caracterizam o comportamento político” (DEWEY, 2008, p. 29). Não se constituem como novidade as perspectivas pragmáticas desse filósofo, entretanto, destaca-se que seu posicionamento se desloca dos discursos filosóficos que buscariam pelas forças formadoras do Estado ou mesmo pelas condições naturais humanas para a política (o homem como um animal político).

Explicar a origem do Estado afirmando que o homem é um animal

³ Ainda que não seja nossa intenção para este texto, são inúmeros os estudos que buscam aproximar Michel Foucault e os autores do pragmatismo americano. Imediatamente, poderia apontar Rajchman (2000, p. 68), por exemplo, quando este sugere que Foucault produziu “um pragmatismo não de consenso, mas de problematização”. Também vale referir o filósofo Richard Rorty (1999, p. 18) quando afirma que “James e Dewey não só estavam à espera no fim da estrada que a filosofia analítica percorria, mas estão à espera no fim da estrada que, por exemplo, Foucault e Deleuze estão atualmente a percorrer”.

político é viajar em um círculo verbal. É como atribuir a religião a um instinto religioso, a família a uma afecção matrimonial e parental, e a linguagem a um dom natural que impele os homens à fala. Tais teorias meramente reduplicam em uma suposta força causal os efeitos a serem considerados. Elas são como a potência notória de ópio de fazer os homens dormirem devido ao seu poder sonífero (DEWEY, 2008, p. 30).

Esse filósofo marca o lugar do Estado como uma construção social. O Estado funciona, conforme seus entendimentos, como apenas mais um dos inúmeros “modos de associação” (DEWEY, 2008, p. 40) produzidos pelos seres humanos. Ao tratar o Estado como um modo de associação, produzido pelas práticas sociais, Dewey retira desse conceito seu estatuto de universalidade ou atemporalidade. Isso implicaria compreendê-lo como uma “organização do público realizada através de agentes públicos para a proteção dos interesses compartilhados de seus membros” (DEWEY, 2008, p. 47). A partir desse olhar, o Estado não seria posicionado como uma macroestrutura regente das práticas sociais; a lógica é invertida: são as múltiplas práticas sociais que instituem o Estado.

Sendo o Estado um conjunto de práticas mutáveis e “experimentais”, além da possibilidade de as sociedades estarem sempre refazendo seus Estados, ampliam-se os desafios do investigador acerca dessas práticas. “E como as condições da ação, da investigação e do conhecimento estão sempre mudando, o experimento deve ser sempre reexperimentado; o Estado deve ser sempre redescoberto” (DEWEY, 2008, p. 48). Sendo o Estado uma prática sempre a ser redescoberta, perspectiva metodológica derivada do pragmatismo deweyano, damos um passo adiante nesta argumentação e retomamos as problematizações de Michel Foucault, nos seus cursos “Segurança, Território, População” e “Nascimento da Biopolítica”. Tal conexão entre os estudos de Dewey e Foucault quanto à natureza construída do Estado não foi realizada pensando em articulações sólidas entre ambas as teorizações: o vínculo produzido está no modo pragmático de compreensão das práticas sociais.

Michel Foucault, nos cursos referidos, posiciona o Estado como uma realidade específica e descontínua, diferenciando-o das casas, das igrejas ou dos impérios. Assim, o Estado seria entendido como uma construção plural, ou seja, “ele não tem, num horizonte histórico mais ou menos próximo ou

distante, de se fundir ou de se submeter a algo como uma estrutura imperial que seria de certo modo uma teofania de Deus no mundo, teofania que conduziria os homens numa humanidade enfim reunida, até o limiar do fim do mundo” (FOUCAULT, 2008b, p. 7). Com a compreensão dessa realidade específica e descontínua, faz-se possível *pragmatizar* o Estado, fazendo-o “coisa deste mundo”. “O Estado não é um monstro frio, é o correlato de uma certa maneira de governar” (FOUCAULT, 2008b, p. 9). Ao operar esse deslocamento analítico, Michel Foucault retira do Estado o *status* de fonte primeira das práticas de governo e coloca-o ao final da teia dessas relações, isto é, como o conjunto visível de práticas de governo, organizadas de acordo com racionalidades específicas. “O Estado é, portanto, um esquema de inteligibilidade de todo um conjunto de instituições já estabelecidas, de todo um conjunto de realidades já dadas” (FOUCAULT, 2008b, p. 385).

Seguindo a indicação de que a análise dos micropoderes se compatibiliza “sem nenhuma dificuldade com a análise de problemas como os do governo e do Estado” (FOUCAULT, 2008a, p. 481), o filósofo afasta-se de um conjunto de críticas que o seu pensamento tem recebido. Uma das principais abordagens, que insistem em negar a Foucault o estatuto de pensador crítico, vem da sociologia de Anthony Giddens (1998, p. 322) quando afirma que nos escritos foucaultianos “há uma ‘ausência’ surpreendente no cerne de suas análises: uma interpretação do Estado”. Com a publicação dos cursos do final da década de 1970 (FOUCAULT, 2008a; 2008b), ampliou-se o campo dos estudos foucaultianos, permitindo uma abordagem política mais adensada acerca das questões do Estado.

Se o Estado pode ser entendido como um conjunto de práticas de governamentalidade, algumas implicações importantes são produzidas para o campo das políticas de currículo. Inicialmente destaca-se que não se faz necessária uma diferenciação, muito comum no campo, entre políticas e práticas curriculares, na medida em que o Estado constitui-se desde práticas de governo, as políticas são sempre práticas. Outro aspecto a ser destacado está na ampliação dos objetos a serem estudados. Se os regimes de governamentalidade perfazem diferentes espaços da vida pública, ao estudarmos as políticas não precisamos deixar os estudos circunscritos somente aos documentos oficiais, mas ampliá-los para um conjunto de novas práticas ligadas aos gerenciamentos, aos dispositivos de comunicação ou aos mecanismos de consumo (PETERS, 2002).

3. Políticas de currículo e a administração contemporânea das subjetividades

Conforme temos argumentado, estudar o Estado, do ponto de vista dos regimes de governamentalidades múltiplas (FOUCAULT, 2008a), implica no reconhecimento das diferentes estratégias e táticas nele mobilizadas. Entretanto, retomando a argumentação foucaultiana, importa evidenciar que tais regimes de governo operam em dois níveis, a saber: tanto ao nível das populações, quanto ao nível dos indivíduos. Isto decorre da premissa histórica descrita pelo filósofo de que o Estado Moderno é capaz de emergir no momento em que descobre a economia e posiciona a população como objeto privilegiado (FOUCAULT, 2008a; VEIGA-NETO, 2000). Do ponto de vista metodológico, explicitaremos nessa seção os modos pelos quais as políticas de currículo, ao serem mobilizadas pelo Estado, podem operar na administração contemporânea das subjetividades.

Nikolas Rose (1999, p. 31) tem argumentado que a administração contemporânea da subjetividade apresenta algumas especificidades. Inicialmente, o sociólogo inglês explica-nos que, em nosso tempo, “as capacidades pessoais e subjetivas dos cidadãos têm sido incorporadas aos objetivos e aspirações dos poderes públicos”. Em outras palavras, adverte-nos que, com a emergência de uma nova *expertise* da subjetividade, diferentes organizações coletivas têm tomado como alvo prioritário os modos de constituição das subjetividades. Segundo a lógica desse argumento, é possível inferir que “o governo contemporâneo opera infiltrando, sutil e minuciosamente, as ambições do processo de regulação no interior mesmo de nossa existência e experiência como sujeitos” (ROSE, 1999, p. 45).

Um dos exemplos analisados por Rose refere-se aos modos pelos quais as democracias liberais inventam dispositivos para que os sujeitos reconheçam determinados valores.

Os cidadãos de uma democracia liberal devem se regular a si próprios; os mecanismos de governo constróem-nos como participantes ativos em suas vidas. Não se pensa mais que o sujeito político seja motivado por um cálculo de prazeres e de dores. O indivíduo não é mais, naquilo que concerne às autoridades, meramente o possuidor de capacidades físicas a serem organizadas e dominadas através da inculcação de padrões morais e hábitos comportamentais (ROSE, 1999, p. 43).

Acompanhando a analítica de Rose, em outras produções, o sociólogo adverte-nos que a própria noção de ser humano “não é a base eterna da história e da cultura humanas, mas um artefato histórico e cultural” (ROSE, 2001a, p. 33). Isso significa que as relações que nos constituem são fabricadas em relações históricas determinadas; uma vez que pensar dessa perspectiva não implica em localizar tal produção em algum “lugar amorfo da cultura”. “Pelo contrário, elas devem ser tratadas da perspectiva do governo” (ROSE, 2001a, p. 35).

Jorge Ramos do Ó (2003), ao elucidar esse processo, descreve que o espaço em que estas práticas de governo ocorrem não é homogêneo; isto é, não é demarcado por relações de causalidade linear, mas mobilizada em um jogo intenso de forças e relações diversas. Lembra-nos o pesquisador português que os estudos de Foucault, nos últimos cursos ministrados no *Collège de France*, ressignificam seus entendimentos para o conceito de poder, dimensionando-o “como um domínio de relações estratégicas entre indivíduos e grupos que tecem entre si jogos de conduta que decorrem segundo a regra invariante da governamentalidade” (Ó, 2003, p. 34). Uma ressalva que precisamos fazer acerca desse aspecto: o exercício das táticas e das estratégias governamentais não se apresentam como ações verticais sobre as subjetividades, o que estaria na ordem da violência (VEIGA-NETO, 2006), mas contam com a liberdade dos indivíduos.

Assim, o poder já não se caracteriza por impor constrangimentos, mas pela criação de cidadãos capazes de agir num determinado contexto de uma liberdade regulada. Nas sociedades liberais, a autonomia pessoal não é mais a antítese de poder político, antes a condição primeira do seu efectivo exercício (Ó, 2003, p. 68).

O reconhecimento de que as subjetividades são reguladas por diferentes meios, ao mesmo tempo tal regulação conta com a vontade dos indivíduos, produzem alguns campos a serem examinados e problematizados no estudo das políticas de currículo. Um primeiro campo de problematizações estaria na necessidade de descrevermos as diferentes tecnologias que operam na constituição dessas políticas. Implicaria, conforme Rose (2001a), em um mapeamento das múltiplas tecnologias que “produzem e enquadram os humanos como certos tipos de seres cuja existência é simultaneamente

capacitada e governada por sua organização no interior de um campo tecnológico” (ROSE, 2001a, p. 38).

Outro campo estaria vinculado aos processos de subjetivação que se derivam das diferentes políticas de currículo. Segundo Rose (2001b), a subjetivação pode constituir-se como uma importante ferramenta intelectual para a interpretação do presente, um tempo em que o “eu” recebe novos delineamentos a partir da popularização dos “discursos psi”. Rose encaminha que tal condição apresenta-se de forma paradoxal, visto que “a dispersão conceitual do ‘eu’ parece caminhar em paralelo com sua intensificação governamental” (ROSE, 2001b, p. 141). Quando examinamos criticamente as pautas das políticas de currículo contemporâneas, em suas interfaces com as agendas neoliberais, notamos uma nova retórica educacional que visa, nas palavras de Rose, “transformar o ser humano em variadas formas de sujeito, em seres capazes de tomar a si próprios como os sujeitos de suas próprias práticas e das práticas de outros sobre eles” (ROSE, 2001b, p. 143). Tais articulações com as agendas neoliberais serão ampliadas a seguir.

4. O neoliberalismo como um modo de vida

A nova arte de governar, nomeada como liberal, desenhada em meados do século XVIII, caracteriza-se, conforme Foucault, “pela instauração de mecanismos a um só tempo internos, numerosos e complexos” (FOUCAULT, 2008b, p. 39). Tais mecanismos não objetivam garantir o fortalecimento do Estado, mas estabelecer possibilidades de limitação interna ao exercício do governo. Assim, essa arte liberal de governar é engendrada pela busca do governo mínimo. Antes de avançar, importa dizer que a emergência dessa racionalidade não se apresenta como uma negação da razão de Estado, mas como sua sofisticação, ou seja, “é a razão do governo mínimo como princípio de organização da própria razão de Estado” (FOUCAULT, 2008b, p. 40).

Um dos deslocamentos descritos pelo filósofo, entre tal racionalidade liberal e a razão de Estado, está no lugar ocupado pelo mercado⁴. Sob uma lógica mercantilista, o mercado era entendido como “um lugar dotado de

⁴ Peters (2002, p. 212) sintetiza a racionalidade operante nos governos liberais como “motivada por um racionalismo econômico extremo, que vê o mercado não apenas como um mecanismo superior de alocação para a distribuição de recursos públicos escassos, mas também uma forma superior de economia política”.

uma regulamentação extremamente prolífica e estrita” (FOUCAULT, 2008b, p. 42); como tal, ocupava um campo de regulamentação: procurava garantir uma distribuição justa das mercadorias. Dessa maneira, conforme a descrição de Foucault, o mercado ocupava um “lugar de jurisdição” (FOUCAULT, 2008b, p. 43). Com o advento da racionalidade liberal, seja pela fisiocracia, seja pelos escritos de Adam Smith, percebeu-se que o mercado obedecia a “mecanismos naturais”. Assim, o mercado seria posicionado de outra forma: “um lugar de verificação” (FOUCAULT, 2008b, p. 44).

Outro deslocamento evidencia-se “no limite de competência do governo” (FOUCAULT, 2008b, p. 55). Diferentemente de um governo marcado pela tradição, no liberalismo, o limite “será definido pelas fronteiras da utilidade de uma intervenção governamental” (FOUCAULT, 2008b, p. 55). A autolimitação toma como ponto de ancoragem “a elaboração do poder público e a medida das suas intervenções indexadas ao princípio da utilidade” (FOUCAULT, 2008b, p. 60). Essa articulação entre o mercado enquanto espaço de verificação e a limitação da competência do governo faz com que o conceito de interesse componha, de modo central, a pauta do liberalismo.

Tomando o conceito de interesse como princípio de governo, o liberalismo poderá mobilizar suas práticas de governo mínimo. Conforme Foucault, o liberalismo, enfim, não lida com as coisas (terras, riquezas etc.) em si mesmas, mas com os interesses de sujeitos e coletividades. Isso sofisticava seus modos de ação, que tendem a minimalizar as práticas de governo. Esse eixo político, tal como argumenta o filósofo, fará de uma sociedade liberal “uma república fenomenal dos interesses” (FOUCAULT, 2008b, p. 63).

Articulado ao conceito de interesse, outro conceito que será absolutamente central ao liberalismo é o conceito de liberdade. Não a liberdade como uma entidade a-histórica ou como um universal. A liberdade é que dará a medida entre o governar demais e o governar na medida. Ao mesmo tempo, a liberdade não seria um campo de possibilidades aos sujeitos e coletividades aqui produzidas, nem mesmo o liberalismo seria uma filosofia garantidora de liberdades. Antes, essa prática de governo é “consumidora de liberdades” (FOUCAULT, 2008b, p. 86).

A nova razão governamental necessita, portanto de liberdade, a nova arte governamental consome liberdade. Consome liberdade, ou seja, é obrigada

a produzi-la. É obrigada a produzi-la, é obrigada a organizá-la. A nova arte governamental vai se apresentar, portanto, como uma gestora da liberdade, não no sentido do imperativo “seja livre”, com a contradição imediata que esse imperativo pode trazer. Não é o “seja livre” que o liberalismo formula. O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. Vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre (FOUCAULT, 2008b, p. 86-87).

De forma esquemática, especialmente acompanhando as argumentações foucaultianas na aula de 24 de janeiro de 1979, torna-se possível afirmar que a liberdade é fabricada nas práticas liberais. Entretanto, resta a pergunta: como é realizado o cálculo dos custos dessa permanente produção de liberdades? Como indica o filósofo, “o princípio de cálculo é, evidentemente, o que se chama de segurança” (FOUCAULT, 2008b, p. 88-89). Assim, o problema da segurança estará em “proteger os interesses coletivos contra os interesses individuais” (FOUCAULT, 2008b, p. 89). Aliás, avançando na argumentação, Foucault indicará que o jogo de tensão permanente entre liberdade e segurança é que vai mobilizar as próprias crises internas do liberalismo.

A principal crise da racionalidade liberal, produzida entre os anos de 1925 e 1930, tornará visíveis alguns desses tensionamentos, seja pelas fórmulas políticas comunistas, socialistas e nacionalistas, seja pelos modelos keynesianos⁵ de intervenção econômica. Tal crise atribuirá maior ênfase ao eixo da segurança (bem-estar social), em detrimento das liberdades individuais e coletivas. Ao mesmo tempo em que, entre os anos de 1930 e 1960, se multiplicam e se consolidam os modelos intervencionistas na economia, novos projetos na arte liberal de governar passam a ser reformulados, em especial na Alemanha e nos Estados Unidos.

Considerando as crises da racionalidade liberal de governo, ligadas pela consolidação das políticas keynesianas, conforme se argumentou acima, ainda no século XX serão encontradas condições para a emergência de práticas nomeadas como neoliberais. Ao apresentar o neoliberalismo, Foucault argumenta que tal regime de governamentalidade apresenta pelo menos dois pontos distintos de ancoragem: o neoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano. A forma alemã está ligada “à República de Weimar, à crise de

⁵ Refiro-me às concepções de Estado produzidas na primeira metade do século XX a partir da inspiração do economista John Mainard Keynes.

29, ao desenvolvimento do nazismo e, enfim, à reconstrução do pós-guerra” (FOUCAULT, 2008b, p. 107). Por outro lado, a forma estadunidense do neoliberalismo, que privilegiaremos nesse texto, “se refere à política do New Deal, à crítica da política de Roosevelt e vai se desenvolver e se organizar, principalmente depois da Guerra, contra o intervencionismo federal, depois contra os programas de assistência e outros programas que foram implantados pelas administrações democratas, principalmente, Truman, Kennedy, Johnson, etc.” (FOUCAULT, 2008b, p. 107). Ainda que tais pontos de ancoragem sejam distintos, Foucault indica que há várias aproximações entre as abordagens, sobretudo no que se refere aos inimigos comuns ou aos objetos de repulsão.

a primeira delas é o inimigo comum, o adversário doutrinal maior, que é Keynes, claro, que vai fazer que a crítica a Keynes circule de um a outro desses dois neoliberalismos; a segunda, os mesmos objetos de repulsão, a saber, a economia dirigida, a planificação, o intervencionismo sobre as quantidades globais, justamente, a que Keynes dava tanta importância teórica e, sobretudo, prática; e, enfim, entre essas duas formas de neoliberalismo, toda uma série de pessoas, personagens, teorias, livros que circularam, os principais ligados, grosso modo à escola austríaca, ao neomarginalismo austríaco, a pessoas que em todo caso vêm daí, como Von Mises, Hayek, etc. (FOUCAULT, 2008b, p. 107-108).

O neoliberalismo nos Estados Unidos produziu-se em um contexto semelhante ao europeu. As políticas de Estado keynesianas, os planos de intervencionismo econômico no pós-guerra e o crescimento das formas de administração estatal eram seus alvos privilegiados. Entretanto, diferentemente da Alemanha, o liberalismo nos EUA não foi uma limitação às práticas de governo. “Não é o Estado que se auto-limita pelo liberalismo, é a exigência de um liberalismo que se torna fundador de Estado” (FOUCAULT, 2008b, p. 300). Assim, o liberalismo americano não se apresentava como uma forma econômica ou mesmo política. “O liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados” (FOUCAULT, 2008b, p. 301). Sendo um estilo de vida e de

pensamento, tal neoliberalismo propunha-se a pensar um conjunto de outros lugares da vida social.

No referido curso, Foucault escolhe dois pontos desse neoliberalismo para examinar seus regimes de governamentalidade: a teoria do capital humano e a questão da criminalidade. Para a composição desse texto, discutiremos apenas o primeiro aspecto destacado pelo filósofo. A teoria do capital humano foi produzida na Escola de Economia de Chicago, partindo da teorização de economistas como Milton Friedman, Theodore Schultz e Gary Becker.

O interesse, creio, dessa forma de capital humano está no seguinte: é que essa teoria representa dois processos, um que poderíamos chamar de incursão da análise econômica num campo até então inexplorado e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não econômico (FOUCAULT, 2008b, p. 302).

A teoria do capital humano partia do entendimento de que a economia clássica não tratou especificamente da questão do trabalho. Autores como Ricardo e Marx enxergavam a lógica do capitalismo enquanto venda da força de trabalho. O operário “vende a sua força de trabalho por certo tempo, e isso em troca de um salário estabelecido a partir de certa situação de mercado que corresponde ao equilíbrio entre a oferta e a procura de força de trabalho” (FOUCAULT, 2008b, p. 304). Tal análise conserva do trabalho apenas a sua força empregada por um determinado tempo.

Os neoliberais americanos, segundo a descrição de Foucault, indicam que a economia clássica não realizou uma análise econômica do trabalho, mas o antropologizou.

Ora, para os neoliberais, a análise econômica deve consistir, não no estudo desses mecanismos, mas no estudo da natureza e das consequências do que chamamos de opções substituíveis, isto é, o estudo e a análise da maneira como são alocados recursos raros para fins que são concorrentes, isto é, para fins que são alternativos, que não podem se superpor uns aos outros (FOUCAULT, 2008b, p. 306).

Considerando o trabalho como produto de um capital, de qual capital dispõe, então, um trabalhador? Decomposto segundo essa grade econômica, o trabalho comporta uma dupla dimensão: capital e renda. Do ponto de vista do capital, o trabalho comporta “uma aptidão, uma competência” (FOUCAULT, 2008b, p. 308). Enquanto renda, pressupõe “um conjunto de salários; como eles dizem, um fluxo de salários” (FOUCAULT, 2008b, p. 308). Assim, um investimento em capital pressupõe a aquisição de rendas futuras. Dessa lógica, que não está apenas circunscrita ao regime do trabalho, o sujeito é produzido como um “empresário de si mesmo” (FOUCAULT, 2008b, p. 311) – ou seja, o *homo economicus* aqui produzido não é o sujeito da troca do liberalismo clássico, mas o sujeito que investe permanentemente em si mesmo.

O estudo das interfaces entre políticas de currículo e neoliberalismo são bastante produtivos no campo dos estudos curriculares. Entretanto, parece-nos que Foucault apresenta uma nova nuance analítica ao referir-se ao neoliberalismo como um modo de vida, que, mais que um sistema econômico, fabrica um tipo de sujeito que realiza investimentos permanentes em si mesmo. Assim, quando lemos determinados documentos curriculares atuais, observamos uma forte tendência na direção de formar personalidades produtivas, de investir em lógicas empresariais ou proporcionar o desenvolvimento de competências ligadas ao empreendedorismo. Tais aspectos tornam visíveis práticas de gerenciamento das condutas dos sujeitos, que operam no âmbito das subjetividades, mas que, ao mesmo tempo, delineiam quais conhecimentos, atitudes ou performances devem ser privilegiados na composição dos currículos escolares.

5. A emergência de contracondutas: para além da governamentalidade

Quando a pauta das comunidades científicas dirige seu intenso olhar para as práticas investigativas que se inspiram em referenciais foucaultianos, algumas questões tornam-se recorrentes, como, por exemplo, que tais investigações são descomprometidas politicamente, que tais investigações operam de maneira desconectada dos grandes dilemas políticos de nosso tempo, que tais pesquisas não constroem uma pauta de luta para aqueles que aspiram à emancipação ou até mesmo que tais pesquisas não operariam no campo da crítica, fomentando novas pautas para grupos políticos ou

movimentos sociais, dentre outras conotações que, inclusive, apontariam para uma negligência com os saberes pedagógicos contemporâneos.

A priori, tais questões não nos causam nenhum tipo de estranhamento, nem mesmo mobilizam algum tipo de reação. Aliás, em mais de um momento, questões semelhantes a essas ou delas derivadas acompanharam-nos na composição deste estudo. Afinal de contas, a quem se destina a investigação que produzimos, que grau de utilidade poderia ser verificado em operar nos regimes de constituição de determinados sujeitos ou mesmo qual o potencial produtivo para o perigoso campo da educação? Entretanto, fomos nos despedindo dessas questões, ora respondendo-as provisoriamente, ora abandonando-as, na medida em que fomos intensificando a aproximação com o referencial analítico que escolhemos para esta jornada.

Alguns *insights* sobre a politicidade do fazer pesquisa neste campo teórico, obtemos com a leitura de John Rajchman (1987), em especial, com aquilo que ele denomina de “dilema de Foucault”. O autor diz que esse dilema de Foucault estaria em permanecer no campo da crítica sem estabelecer proposições reformistas ou revolucionárias dirigidas para uma mudança social. As histórias desenvolvidas por Michel Foucault estariam afastadas de possibilidades teleológicas, nem mesmo estariam em harmonia com as grandes histórias sobre o capitalismo, a burocracia ou as classes sociais.

Em suma, parece não existir qualquer modo satisfatório de inserir a história de Foucault nos esquemas tradicionais da esquerda, ou fazer suas previsões do futuro ajustarem-se às esperanças socialistas. Além disso, o seu método de análise histórica profunda coloca-o numa posição intelectual sem reforma ou revolução para recomendar. E, no entanto, ele estava intelectualmente propenso a ver sua obra como uma contribuição para as lutas políticas de esquerda! É a isso que chamo o dilema de Foucault (RAJCHMAN, 1987, p. 46).

As análises desenvolvidas por Foucault operam em contraste com as teorizações sobre a revolução. Em teorias revolucionárias, há sempre a possibilidade de uma modificação radical nas sociedades, enquanto que, na analítica foucaultiana, se desenvolve uma “análise crítica não comprometida com qualquer esquema transformativo, seja ele qual for” (RAJCHMAN, 1987, p. 55). Essa postura pensa as questões políticas na ordem das contingências, assim,

não busca organizar/iluminar classes ou organizações. Não postula um motor para a história, nem mesmo há sujeitos, histórias ou sociedades entendidas como modelos naturais que possam postular-se como agentes da mudança.

Dessa forma, entendemos que as posturas intelectuais inspiradas nas teorizações foucaultianas operam sob outro regime, “as contracondutas”, conceito este inventado pelo filósofo no decorrer do curso “Segurança, População e Território”, no ano de 1978. Consideramos essa atitude investigativa como contraconduta, na medida em que ela faz o movimento contrário às posturas revolucionárias (e científicas), movimentando-se nesse mesmo campo. Diferencia-se, como explicaremos a seguir, dos clássicos entendimentos de resistência ou dissidência, pois não deixa de mover-se em direções múltiplas e vai criando novas possibilidades aos regimes predominantes.

Na aula de 1º de março de 1978, ao apresentar tal expressão, Michel Foucault argumenta que esse entendimento de contraconduta se constitui de forma mais produtiva que conceitos como inconduta ou dissidência, por exemplo. A opção por contraconduta refere-se à vantagem desse conceito em mostrar o sentido ativo da palavra “conduta”, assim como é um conceito que possivelmente não seria útil para eventos políticos, que muitas vezes tomam a face de uma santificação (como “os dissidentes”). No limite, seu entendimento aponta para a contraconduta “no sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros” (FOUCAULT, 2008a, p. 266). Entendo que tais posturas políticas (nominalistas ou pós-revolucionárias, como aponta Rajchman) se tornam produtivas no campo das pesquisas em políticas curriculares contemporâneas, visto que esse campo se mostra atravessado por regimes de condutas que se movimentam na perspectiva de fazer dessas práticas espaços prescritivos para conduzir as pessoas a um estado cidadão.


Para explicar um pouco mais a relação que estabelecemos entre as práticas investigativas e a emergência das contracondutas, apontaremos três observações feitas por Michel Foucault na referida aula. A primeira delas visibiliza a perspectiva de que “há uma correlação imediata e fundadora entre a conduta e a contraconduta” (FOUCAULT, 2008a, p. 258). As condutas e as contracondutas não operam em campos opostos, há uma imediata aproximação entre essas práticas. As contracondutas não são o “outro” das condutas, talvez apenas façam “infrações sistematizadas”, que são tratadas muitas vezes sob o regime da desordem. A segunda observação feita por

Foucault é que as contracondutas têm uma especificidade não-autônoma, pois elas “são distintas das revoltas políticas contra o poder na medida em que ele exerce uma soberania” (FOUCAULT, 2008a, p. 258). As contracondutas não possuem uma causa política de luta, porque, apesar de serem específicas, elas nunca permanecem autônomas. A terceira observação aponta para a ideia de que as contracondutas agem “nas margens da instituição política” (FOUCAULT, 2008a, p. 261). Ou seja, desde os séculos XVII e XVIII, as funções pastorais foram deslocadas das instituições religiosas e começaram a ser exercidas sob os regimes da governamentalidade.

Para encaminhar este texto, sugerimos o entendimento das práticas investigativas como práticas políticas de revolta com os cotidianos vividos, os cenários postos ou as verdades estabelecidas. Entretanto, tal como explicou Rajchman, mais uma vez reiteramos que essa prática política não opera no âmbito de prescrições, nem mesmo constrói utopias ou destinos previamente estabelecidos. Ao construir pesquisas aproximadas dessa configuração, as intenções são mais modestas. A produção de uma analítica implica produzir um diagnóstico do presente, mostrar as tramas do contemporâneo. Quando nos referimos ao presente, entendemos que este se aproxima daquelas “coisas que são constituídas em nossos procedimentos correntes de modo que não nos apercebemos que têm suas raízes no passado, e escrever uma ‘história’ desse presente é pôr a descoberto essa constituição e suas consequências” (RAJCHMAN, 1987, p. 53). Com essas possibilidades é que consideramos tais posturas como contracondutas; uma vez que se tramam no mesmo campo das condutas, elas não se constituem de forma autônoma e, ao mesmo tempo, operam às margens da instituição política. As pesquisas em políticas de currículo, sob inspiração foucaultiana, ao fazerem a crítica dos regimes de governo que nos conduzem, também podem operar no regime das contracondutas, fabricando uma crítica mais aberta a novos delineamentos, abrindo espaços para a possibilidade de novas estratégias coletivas e novas interpretações sobre o mundo.

Referências

ÁLVAREZ-URIA, F. Microfísica da escola. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 31-42, 1996.

BALL, S. Privatising education, privatising education policy, privatising educational research: network governance and the “competition state”. *Journal of Educational Policy*, Londres, v. 24, n. 1, p. 83-99, 2009.  <<<http://dx.doi.org/10.1080/02680930802419474>>>

_____. *La micropolítica de la escuela: hacia una teoría de la organización escolar*. Barcelona: Paidós, 1989.

DEWEY, J. Em busca do público. In: _____. *Democracia cooperativa: escritos políticos escolhidos de John Dewey*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 25-50.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GIDDENS, A. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

GRINBERG, S. Educación y gubernamentalidad en las sociedades de gerenciamento. *Revista Argentina de Sociologia*, cidade, v. 4, n. 6, p. 67-87, 2006,

JÓDAR, F.; GÓMEZ, L. Educación posdisciplinaria, formación de nuevas subjetividades y gubernamentalidad neoliberal: herramientas conceptuales para um analisis del presente. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, Cidade do México, n. 32, p. 381-404, 2007,


LOPES, A. C.; MACEDO, E. *Teorias do currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.

Ó, J. R. do. *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*. Lisboa: Educa, 2003.

PACHECO, J. A. *Políticas curriculares: referenciais para análise*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PETERS, M. Governamentalidade neoliberal e educação. In: SILVA, T T da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 211-224.

PETERS, M. Pesquisa educacional: os “jogos de verdade” e a ética da subjetividade. In: _____.; BESLEY, T. (Org.). *Por que Foucault? novas diretrizes para a pesquisa educacional*. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 189-200.

POPKEWITZ, T. Standards and making the citizen legible. *Journal of Learning Sciences*, Londres, v. 13, n. 2, p. 243-256, 2004.  <<http://dx.doi.org/10.1207/s15327809jls1302_7>>

RAJCHMAN, J. Foucault pragmático. In: CASTELO BRANCO, G.; PORTOCARRERO, V. (Orgs.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000. p. 68-87.

_____. *Foucault: a liberdade da filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ROBERTSON, S. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, 2012, p. 283-302.

_____; DALE, R. Pesquisar a educação em uma era globalizante. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 347-363, 2011.

RORTY, R. *Consequências do pragmatismo* (Ensaio: 1972-1980). Lisboa: Instituto Piaget, 1999.


ROSE, N. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1999. p. 30-45.

_____. Como se deve fazer a história do eu? *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 26, v.1, p. 33-57, 2001a,.


_____. Inventando nossos eus. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001b. p. 137-204.

SHIROMA, E.; GARCIA, R.; CAMPOS, R. Conversão das ‘almas’ pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In: BALL, S.; MAINARDES, J. (Orgs.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 222-248.

SILVA, R. D. da. Educação tecnocientífica como investimento bioeconômico: uma crítica política do saber. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO IHU, II., 2010, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Casa Leiria, 2010. p. 454-455.

SILVA, R. D.; FABRIS, E. Os universitários como um público: educação e governamentalidade neoliberal. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 905-921, 2012.  <<<http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362012000300011>>>

SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SIMONS, M.; MASSCHELEIN, J. The Leaning Society and Governmentality: an introduction. *Educational Philosophy and Theory*, Auckland, v. 39, n. 4, p. 417-430, 2006.  <<<http://dx.doi.org/10.1111/j.1469-5812.2006.00202.x>>>

SOMMER, L. H. A ordem do discurso escolar. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 57-67, 2007.

VEIGA-NETO, A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: CASTELO BRANCO, G.; PORTO-CARRERO, V. (Org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000. p. 179-217.

_____. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: _____; RAGO, M. (Org.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. Crise da Modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. In: _____. *XIV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*. Trajetórias e processos de ensinar e aprender: lugares, memórias e culturas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

Data de registro: 18/05/2013

Data de aceite: 23/07/2014